



Roteiro

E-ISSN: 2177-6059

editora@unoesc.edu.br

Universidade do Oeste de Santa Catarina
Brasil

Casagrande, Maria Aparecida; Rabelo, Giani
HISTÓRIA, MEMÓRIA E GÊNERO: UM ESTUDO SOBRE AS PRIMEIRAS ALUNAS DA
ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA
Roteiro, vol. 39, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 123-146
Universidade do Oeste de Santa Catarina
Joaçaba, SC, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351961826007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

HISTÓRIA, MEMÓRIA E GÊNERO: UM ESTUDO SOBRE AS PRIMEIRAS ALUNAS DA ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

Maria Aparecida Casagrande*
Giani Rabelo**

Resumo: O presente artigo abordou o ingresso das primeiras alunas dos cursos de Formação da Academia de Polícia Civil de Santa Catarina (Acadepol/SC) entre os anos de 1967 e 1977, primeira década de existência da Academia. O campo privilegiado para as discussões foram as memórias de mulheres policiais e as experiências pessoais sobre o ingresso na Polícia Civil catarinense. Baseado em documentos e entrevistas com oito mulheres que ingressaram no período mencionado, o estudo apontou situações relativas às relações de gênero na profissão. Percebeu-se que a entrada das mulheres nesse espaço profissional considerado masculino não reforçou as relações de discriminação e preconceito das relações de trabalho, mas desafiou e contribuiu para visibilizar as mulheres em um espaço monopolizado pelos homens.

Palavras-chave: Mulheres policiais. Gênero. Memória.

History, memory and gender: a study about the first students of Civil Police Academy of Santa Catarina

Abstract: This article explores the entrance of the first students of the Training courses of the Police Academy of Santa Catarina Civil Police (Acadepol/SC) between the years 1967 and 1977, first decade of the Academy. The outstanding role in the discussions are the memories of women police officers in relation to personal experiences on

* Mestre em Educação pela Universidade Comunitária; agente da Polícia Civil no Estado de Santa Catarina; Professora da Academia de Polícia Civil de Santa Catarina; Tutora dos Cursos na área de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública de São Paulo; Av. Universitária, 1105, Bairro Universitário, 3167, 88806-000, Criciúma, SC; maparecida@pc.sc.gov.br

** Professora Doutora e Pesquisadora pelo Programa de Pós-graduação na Universidade Comunitária; Líder do Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação; gra@unesp.net

entry into the Civil Police of Santa Catarina. Based on documents and interviews with eight women who joined in the mentioned period, the study indicates situations relating to gender relations in the profession. It was noticed that the entry of women in this professional space considered masculine, do not reinforce relations of discrimination and prejudice of labor relations, but challenges and contributes to give visibility to women in a space monopolized by men.

Keywords: Women police. Genre. Memory.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se propôs a problematizar, sob a perspectiva das relações de gênero, o processo de formação das alunas que frequentaram os primeiros Cursos de Formação Policial promovidos pela Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (Acadepol/SC). Neste texto, atemo-nos, especialmente, às questões relacionadas ao gênero e às memórias dessas mulheres policiais, primeiras alunas da Academia de Polícia.

O período definido para esta investigação¹ contempla a primeira década de existência da Acadepol/SC, entre 1967 e 1977. Este período foi atravessado pela Ditadura Civil Militar, o que, possivelmente, influenciou significativamente os processos de formação frequentados por estas policiais.

Criada pela Lei n. 3.247, de 09 de maio de 1964, a então chamada “Escola de Polícia” somente inicia suas atividades, de fato, em 1967. Em 1974 passou a ser denominada Acadepol/SC, e, desde então, é o órgão da Polícia Civil catarinense responsável pelos Cursos de Formação das carreiras de Delegado de Polícia, Psicólogo Policial, Escrivão e Agente de Polícia, quando do ingresso nos quadros da Instituição. Também são atribuições da Acadepol a capacitação e o aperfeiçoamento de todos² os policiais civis do Estado de Santa Catarina.

No âmbito educacional a Acadepol/SC, enquanto espaço de ensino e aprendizagem, é parte do conjunto das instituições responsáveis pela produção, sistematização e transmissão de saberes e práticas, com uma cultura própria, carregada de historicidade.

No entendimento de Giroux e McLaren (1995, p. 144), a pedagogia está presente onde o conhecimento seja produzido: “[...] em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que estas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum.” Isso implica considerar que, na formação policial, a construção dos conhecimentos produzidos pelos e para os policiais deve ser entendida, pedagogicamente,

não como um mero domínio de habilidades e competências, mas como formas significativas de organização e produção do conhecimento, permeadas por questões históricas, políticas e culturais.

A problemática proposta para este trabalho, ou seja, o estudo do processo de formação de mulheres na Polícia Civil é relativamente novo e pouco explorado, especialmente quando se pressupõe o diálogo com a área da Educação. No âmbito acadêmico, ainda são raras as pesquisas sobre a participação das mulheres nas forças policiais. O fato de haver poucos estudos sobre as mulheres na carreira policial, mais especificamente no ramo da Polícia Civil, somado à presença ainda minoritária das mulheres na profissão, reforça a necessidade de pesquisas nesse campo. De algum modo, a constatação dessa carência denota a invisibilidade das mulheres nesse espaço profissional.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para a condução deste trabalho, o itinerário percorrido para a pesquisa promoveu a realização de entrevistas com oito mulheres que ingressaram na Polícia Civil catarinense entre 1967 e 1977 e frequentaram a Acadepol/SC nesse período. Além disso, também foram consultados documentos encontrados na Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, e, principalmente, na Academia de Polícia Civil de Santa Catarina, com vistas a compreender e a problematizar, sob a perspectiva das relações de gênero, o processo de formação das primeiras alunas dos Cursos de Formação Policial da Acadepol/SC.

Para entender a história como uma construção da experiência do passado, é imprescindível reconstituir um tempo pretérito a partir dos traços deixados, para depois interpretá-lo e narrá-lo. A tarefa de pesquisar não é algo simples, pois, para compreender a história é necessário se ater aos fragmentos e vestígios que foram deixados ao longo dos anos, reconstituindo-os com o que encontramos. Segundo Pesavento (2005, p. 42), “[...] a rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele.”

Além da pesquisa documental, a História Oral foi utilizada como procedimento metodológico. Trata-se de metodologia vista como inovadora, pois dá atenção especial aos silenciados e excluídos da história cotidiana e da vida privada, como as mulheres, por exemplo. Para Ferreira e Amado (2000, p. 16), “[...] a História Oral seria um espaço de contato e influências interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis

locais e regionais, com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais.”

Para a seleção das mulheres que seriam entrevistadas na pesquisa, foram definidos os seguintes critérios:

- a) que fossem policiais que tivessem frequentado os cursos de formação da Acadepol/SC de 1967 a 1977;
- b) que não tivessem se aposentado na carreira policial, ou seja, que ainda estivessem no exercício da função policial em alguma delegacia de polícia do Estado de Santa Catarina.

A coleta de dados documental apontou que, nos anos de 1967, 1968 e 1975 não houve oferta de Curso de Formação Policial. Em relação ao ano de 1969, todas as mulheres que ingressaram na Polícia Civil neste ano já estavam aposentadas. Assim, foram selecionadas oito mulheres policiais que frequentaram os cursos de formação nos anos de 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1976 e 1977.

As entrevistas desta pesquisa aconteceram nos meses de fevereiro e março de 2012 e foram realizadas, na sua totalidade, nas delegacias de polícia onde as entrevistadas desempenham a função policial, em horário de expediente, previamente agendado.

É notória a possibilidade de que os sujeitos, ao serem entrevistados, selecionem o que vai ser lembrado de maneira a fazer relação com o seu passado, dando legitimidade para as suas histórias no presente. Segundo Thomson (1997, p. 57):

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser [...] Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido.

Desse modo, com disposição para entrecruzar os documentos encontrados no lócus da pesquisa com os vestígios coletados nas histórias das primeiras alunas policiais, que participaram dos Cursos de Formação da Acadepol/SC, e, imersas em investigações do presente, foi que adentramos no cenário de investigação, com dispositivo de historiadoras. O entrelaçamento dos acontecimentos narrados pelas entrevistadas com a história encontrada nos documentos da Acadepol/SC gerou um processo de ressignificação de memórias que partiu dos indícios encontrados nas lembranças das

entrevistadas e nos documentos analisados, mas que, não necessariamente, tinha a preocupação de contar a “verdadeira” história.

É interessante mencionar que as entrevistadas demonstraram muita disposição para narrarem suas trajetórias, como se o exercício da lembrança fosse prazeroso para elas. Sobre isso, Bosi (1994, p. 68) diz que: “[...] a narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória.”

Ao narrarem suas trajetórias, as entrevistadas trazem à tona suas similaridades, mas também suas singularidades. Ao mesmo tempo que tinham em comum o fato de serem mulheres e terem ingressado na Polícia Civil na década de 1970, suas histórias eram singulares, pois pertenciam a classes sociais diferentes, eram oriundas de regiões e famílias distintas, tinham funções diversas, enfim, pertenciam a contextos distintos. Estas mulheres ingressaram em uma instituição hegemonicamente masculina e construíram, a partir de suas singularidades, suas próprias histórias. Ao participarem da pesquisa, contaram suas histórias percebendo-se como sujeitos da ação, atribuindo um novo sentido para o vivido, ou seja, ressignificando e construindo-reconstruindo a própria identidade, em um movimento de constante transformação.

3 A POLÍCIA CIVIL E O SURGIMENTO DA ACADEPOL

A polícia e as suas atividades profissionais constituem fenômenos das sociedades modernas. Ao se falar em “polícia”, evoca-se uma estrutura pública e profissional voltada à manutenção da ordem e da segurança, independentemente das diversas e variadas estruturas existentes.

Para Foucault (2008), o surgimento da polícia está vinculado à emergência do Estado- Nação, a partir do século XVIII. O autor resume a polícia deste século atrelada ao papel de auxiliar a justiça na busca dos criminosos, bem como de ser instrumento para o controle político dos complôs, dos movimentos de oposição e das revoltas, tendo, portanto, uma função disciplinar.

Já Bayley (2001) afirma que a polícia tem como competência exclusiva o uso da força física real para afetar o comportamento da sociedade, surgindo tanto para o bem-estar do homem quanto também para a manutenção da ordem vigente. É uma instituição voltada para o controle social imposto pelo Estado Moderno.

Para Rolim (2006, p. 24), “[...] no mundo moderno, as ideias de manutenção da ordem e da garantia da segurança pública expressam, apenas, noções genéricas que agregam concordância na exata medida de sua manutenção.” A polícia legitimou o po-

der via controle social como forma de dominação. Sob esse aspecto, a polícia faz parte das obrigações do Estado no que diz respeito a proporcionar segurança à sociedade.

A polícia, em todo o mundo, apresenta-se de formas variadas. Analisada dentro de uma perspectiva histórica, ela foi se constituindo e se fortalecendo em diferentes momentos históricos, sendo guiada pelas estruturas do Estado Moderno, regulando a manutenção da ordem pública e a garantia das leis.

As considerações sobre a polícia até agora apresentadas se referem a um conjunto de instituições estatais, cuja função, no mundo contemporâneo, varia de acordo com cada país. No Brasil, a polícia apresenta diferenças em relação às polícias de outros países, como a separação entre as atividades da polícia ostensiva, mais conhecida como Polícia Militar e Polícia Judiciária, ou seja, a Polícia Civil.

O atual modelo de polícia e a função de mantenedora da ordem pública têm sido discutidos em muitos trabalhos. Sacramento (2007, p. 31) menciona que “[...] podemos observar certa inadequação na situação atual da polícia brasileira, que mesmo sob o regime democrático ainda preserva, dentro da estrutura policial, resquícios de uma polícia repressora, característica de governos autoritários.”

Tal situação pode ser relacionada ao processo histórico do Brasil, que foi marcado, nos últimos anos, pela alternância entre regimes autoritários e formalmente democráticos. Após o Estado Novo (1937-1945), procedeu-se um período de funcionamento regular das instituições, interrompido pelo Regime Militar (1964-1985), que foi gradualmente recuperado (HAGEN, 2005).

A Escola de Polícia em destaque neste trabalho inicia, então, no ano de 1967, com o processo de ensino técnico-profissional, registrando em sua forma curricular três segmentos: formação, aperfeiçoamento e atualização. Conforme constava no Relatório referente ao Curso de Formação realizado no ano de 1967 (SANTA CATARINA, 1967, p. 8), os Cursos de Formação eram direcionados aos alunos policiais que ingressassem na instituição por meio de concurso público e dos cursos de aperfeiçoamento e atualização aos policiais que já compunham o quadro efetivo, com o propósito de aperfeiçoamento da função policial e atualização dos conhecimentos já adquiridos. Essa definição sobre os cursos se mantém até os dias atuais.

No ano de 1968 aconteceu o primeiro concurso público para o provimento de cargos da Polícia Civil catarinense. No país, esse período histórico foi marcado pela Ditadura Militar, o que, consequentemente, refletia as ações políticas e organizacionais do Estado de Santa Catarina, e, por consequência, na Escola de Polícia, uma vez que, à época, a Secretaria de Segurança Pública era comandada por um General

e o cargo de Diretor da Polícia Civil, o mais elevado da Instituição, por um Coronel, que agiam dentro do rigor do Regime Militar da época.

Pelo mundo, vivia-se a Guerra Fria e os Estados Unidos procuravam justificar sua política externa com uma missão de frear a expansão do comunismo, a partir do poderio econômico. Assim, por muito tempo, uma luta internacional foi travada entre os Estados Unidos e a extinta União Soviética, e, como em todo o mundo, o tensionamento entre os capitalistas e comunistas também encontrou eco na política brasileira.

No Brasil, imerso pelo Regime Ditatorial Civil-Militar, que teve início no dia primeiro de abril de 1964 e que perdurou até 1985, o sistema educacional também sofreu significativas mudanças. Os militares desenvolveram um método de ensino que objetivava formar pessoas não para a vida social, mas para o mercado de trabalho. Tentaram adequar o sistema educacional brasileiro aos seus interesses políticos, firmando diversos convênios, entre eles, o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency of International Development* (USAID). Para Assis (2009), essa parceria comprovava a subserviência da política governamental brasileira aos interesses políticos e econômicos estadunidenses, abrindo caminho, a certo ponto, à política neoliberal.

A parceria MEC-USAID intencionava para o país uma instrução baseada nos moldes da educação estadunidense. Pregava-se um sistema educacional tecnicista, excludente e sem nenhuma atenção à educação básica pública. Em suma, não visava ao desenvolvimento do senso crítico dos educandos, mas tensionava brotar neles o sentimento involuntário de individualismo, manifestado na competitividade gerada pelo sistema. Nesse contexto, propagava-se a ideia de uma “escola reflexo” da sociedade capitalista (ASSIS, 2009).

A agência norte-americana Usaïd, por sua vez, além dos projetos educacionais que envolveram o ensino superior, o médio e o fundamental, também financiou programas voltados para outras áreas, como “[...] o programa de segurança pública, responsável por assessorar e treinar milhares de policiais brasileiros.” (MOTTA, 2010, p. 238).

É importante mencionar que, entre 1960 e 1972, foram enviados cerca de 800 policiais brasileiros (civis e militares) para os cursos oferecidos no exterior e custeados pela Usaïd. Segundo Motta (2010, p. 256), “[...] além do grupo treinado no exterior, uma quantidade muito maior de policiais recebeu algum tipo de adestramento dado por assessores americanos no Brasil: aproximadamente 100 mil.” Com toda essa quantidade de policiais treinados pela USAID ou por seus assessores no país, é bem provável que o Estado de Santa Catarina tenha sido atendido pelo projeto. A análise

de um relatório das atividades da Acadepol/SC do ano de 1968, encontrado nos arquivos da Instituição, evidenciou que a USAID atuou na formação dos policiais civis de Santa Catarina, pois neste relatório há a seguinte menção: “USAID: Circunscrições – equipamentos e móveis.” (SANTA CATARINA, 1968).

Os documentos oficiais encontrados na Acadepol/SC foram significativos e apresentaram informações relevantes para a reconstrução da história, nesse caso específico, da história da Escola de Polícia. É preciso considerar que os arquivos mais antigos foram encontrados sem suporte técnico adequado à conservação de documentos públicos, alguns até deteriorados, tanto pela ação do tempo quanto pela má conservação do local onde estão guardados.

Na trajetória da antiga Escola de Polícia, sucessivos concursos públicos foram abertos para o ingresso na Polícia Civil catarinense e, como consequência, houve o aumento do número de mulheres no quadro funcional. No entanto, ainda na atualidade, a imagem da polícia como uma instituição essencialmente masculina é forte.

Esse período, delineado aqui neste trabalho como a primeira década de existência da Escola de Polícia, correspondeu ao período em que acontecia o movimento de inserção das mulheres no mercado de trabalho, alavancando-se a possibilidade de inclusão das mulheres nas diversas profissões, entre elas a Polícia Civil. Segundo Pedro (2012), o processo acelerado de urbanização, intensificado a partir dos anos de 1970, fez das mulheres personagens visíveis em diversos espaços públicos, como em universidades e em empregos formais.

A Escola de Polícia, no ano de 1974, passou a ser denominada Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (Acadepol/SC). Ao longo dos anos, diversos delegados de polícia assumiram a diretoria da referida Instituição. Todos os diretores que estiveram à frente da Acadepol/SC são oriundos do cargo de Delegado de Polícia, exceto o primeiro diretor, Octacílio Schuller Sobrinho, que era Escrivão de Polícia.

Despertou-nos atenção, porém, o fato de que até o presente momento nenhuma mulher policial assumiu tal função, mesmo se tratando de uma Instituição de cunho educativo, espaço este ocupado principalmente por mulheres, quando se refere ao ensino regular. No organograma da Polícia Civil Catarinense, a Acadepol/SC tem *status* de diretoria, o que a torna um local consideravelmente prestigiado; talvez isso explique o fato de as mulheres ainda não terem conquistado o cargo de Diretoria da Acadepol/SC.

A Polícia Civil é um órgão público permanente cuja função é atuar como polícia judiciária, ou seja, cabe a ela apurar as infrações criminais, exceto os crimes militares e crimes de jurisdição federal. Essa instituição policial atua com policiamen-

to voltado à investigação e à produção de diligências necessárias à elaboração do Inquérito Policial, que visa orientar a ação do Ministério Público e do Poder Judiciário.

É nesse cenário de trabalho complexo, com atividades multifacetadas, que as mulheres que participaram desta pesquisa estão inseridas. Apesar de já se observar uma progressiva participação de mulheres na polícia, é possível afirmar que, ainda hoje, a atividade policial se caracteriza como uma atividade predominantemente masculina, consequência de uma concepção social seletiva em relação a esse espaço profissional em que prevalece o estereótipo da “masculinidade hegemônica”, valorizando atributos associados à virilidade como força física, controle emocional e persistência; habilidades consideradas masculinas (NUMMER, 2001).

Alguns estudos têm apontado que a inserção das mulheres na Instituição vem ocorrendo porque elas tendem a se enquadrar a um perfil que corresponde às novas concepções de segurança pública, em que a polícia deve estar menos voltada para o uso da força e mais direcionada à ênfase estratégica e preventiva (CALAZANS, 2005).

4 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍCIA CIVIL

A Polícia Civil, como qualquer outra categoria profissional, está atravessada pelo gênero. Para Scott (1995, p. 14), o gênero é “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” A ênfase atribuída pelo conceito de gênero à construção social das diferenças sexuais não se propõe a desprezar as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, mas considera que, com base nelas, outras são construídas.

A introdução do conceito de gênero como uma opção teórica e metodológica para os estudos feministas, na década de 1980, no Brasil, fez com o que o termo ganhasse visibilidade na análise das relações entre homens e mulheres. Por esse viés, a noção de gênero deve ser ampliada para além da discussão dos papéis e das funções que os homens e as mulheres desenvolvem na sociedade. Para Louro (2011, p. 25), “[...] é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas” que define os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, bem como a distinção entre feminino e masculino em uma sociedade e/ou em um momento histórico.

Assim, o que ocorre na Polícia Civil catarinense não pode estar dissociado do que ocorre na sociedade, e, mais especificamente, o que as mulheres vivenciam nessa Instituição não pode ser analisado de forma isolada da realidade das outras

mulheres. Compreende-se que os papéis desenvolvidos fora do ambiente institucional são também reproduzidos dentro das instituições, pois as duas esferas, interna e externa, estão circunscritas em determinado processo histórico-social.

A Polícia Civil de Santa Catarina, como em outras unidades da federação, representa um espaço de atuação profissional historicamente masculino. Dados informados pelo Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Segurança Pública de SC, no ano de 2012, mostram que, do total de 3.507 policiais, 1.101 são mulheres, o que corresponde a 31,5% do efetivo. A distribuição deste efetivo está demonstrada a seguir.

Quadro 1 – Distribuição do efetivo da Polícia Civil de Santa Catarina por sexo e cargo

Cargo	Homens	Mulheres
Agente de Polícia	1.763	666
Delegado de Polícia	342	81
Escrivão de Polícia	274	313
Psicólogo Policial	10	41

Fonte: Santa Catarina (2012).

Atualmente, são os quatro cargos apresentados anteriormente que desenvolvem as atribuições de competência da Polícia Civil catarinense. As atividades policiais estão discriminadas na Lei Complementar n. 453/2009 e são desenvolvidas pelos policiais civis em suas carreiras, chefiadas pelos Delegados de Polícia.

O Delegado de Polícia é o superior hierárquico funcional em relação a todos os cargos da Polícia Civil. Escrivães, Agentes de Polícia e Psicólogos trabalham diretamente com o Delegado de Polícia, a quem compete atividades gerenciais da Polícia Civil. Por essa razão, na formação da carreira de delegados são ministrados conhecimentos relativos às atribuições de todas as demais carreiras policiais.

No quadro anteriormente apresentado, além de o segmento feminino ser minoritário na Polícia Civil, poucas mulheres ocupam os cargos de Delegado de Polícia, os mais altos da Instituição. Os homens também são maioria no cargo de Agente de Polícia, atividade mais investigativa e operacional, muitas vezes, externa à unidade policial.

O número de mulheres somente é superior ao de homens nos cargos de Escrivão de Polícia e Psicólogo Policial. Isso talvez esteja relacionado a atribuições consideradas historicamente próprias para o feminino, relacionadas ao cuidado e à organização; no caso em questão, o serviço burocrático das Delegacias de Polícia e o atendimento psicológico às vítimas.

Scardueli (2006), em estudo que investigou a representação da Delegacia da Mulher para a Polícia Civil, identificou no discurso de policiais civis a presença da reprodução de padrões sexistas. Entre policiais do gênero masculino e feminino que participaram da pesquisa da autora, reproduzia-se a noção de senso comum de que a mulher pertence ao mundo do privado enquanto os policiais homens ao mundo público, compreendido por atividades de ação física (trabalhos externos, dar voz de prisão, enfrentar situações que envolvam perigo físico, impor respeito mediante a força física). Os policiais do sexo masculino foram “[...] identificados como portadores de força física, provedores de segurança, e garantidores de respeito aos procedimentos policiais.” (SCARDUEL, 2006, p. 112).

É notório que as barreiras do gênero apareçam nesta Instituição, pois embora as mulheres estejam ocupando espaços masculinos, acabam assumindo funções consideradas mais “apropriadas” ao sexo feminino.

Diante dessa problemática, pretendemos, pelas narrativas das alunas que frequentaram os Cursos de Formação Policial na primeira década de existência da Acadepol/SC, reconstituir o passado vivenciado e o processo de inserção destas mulheres na polícia, visibilizando suas lembranças e memórias.

As histórias das entrevistadas vão se entrelaçando e formando um tecido de lembranças e recordações que foram significativas, e, como diria Bosi (1994, 22), “[...] fica o que significa. O que significa em mim fica? O que em mim significa?” Ancoradas nesse pensamento é que tecemos neste trabalho as histórias apresentadas pelas policiais entrevistadas.

Pode-se dizer que a presença feminina na Polícia Civil é recente e responde, como já dito, a uma pressão social em âmbito internacional iniciada na década de 1960, e, no Brasil, com o movimento feminista dos anos de 1970. A partir destes movimentos, houve a democratização dos campos de trabalho em diversas áreas. O ingresso das mulheres na Polícia Civil e, consequentemente, na Acadepol/SC, não está dissociado do movimento de entrada das mulheres no mercado de trabalho. O depoimento de Joana (nome fictício), ilustra este movimento:

Eu acredito que naquela época (1970) a mulher começou a se projetar na vida profissional, porque até então ela era muito presa às atividades domésticas e filhos. E, de repente, houve uma revolução em que a mulher começou a se projetar profissionalmente [...] O fato de ser policial naquela época era diferente; nós fomos as primeiras a passar em concurso. O concurso não foi fácil, se não me engano tinha em torno de oitocentos candidatos.³ (informação verbal).

Para Joana, sair do mundo doméstico e ingressar em uma profissão secularmente masculina, realmente pode ter sido visto como algo diferente. Em seu entendimento, foi uma “revolução”. Ela realizou o concurso público de 1969 e ingressou na Polícia Civil no cargo de Escriturária,⁴ em 1970. Trabalhou por muitos anos no Departamento de Trânsito (Detran), e, atualmente, trabalha em uma Delegacia de Polícia na região de Florianópolis.

Em 1970, concluíram o primeiro Curso de Escriturários 18 alunos (13 mulheres, entre elas Joana e 5 homens). Observa-se que mesmo não tendo sido dito, explicitamente, nos relatórios da Escola de Polícia de que havia necessidade de mulheres para setores administrativos, ou seja, para os serviços mais burocráticos, na relação de alunos deste Curso realizado em 1970, percebe-se que a maioria é do sexo feminino, o que pode indicar uma preferência da Instituição pelas mulheres para o desempenho de funções burocráticas.

O ingresso ao mercado de trabalho, decorrente da transposição das barreiras entre o privado e o público pelas mulheres, traz consigo problemas. Um deles se expressa, geralmente, na ocupação de postos mais baixos na hierarquia funcional em relação aos ocupados pelos homens.

De acordo com Brasil (2008, p. 11), a inserção das mulheres em instituições policiais não está desvinculada do crescimento de seu ingresso no espaço público e no mundo do trabalho contemporâneo. “Os estudos de gênero revelam que a entrada das mulheres no mundo do trabalho globalizado tem crescido, expressando uma tendência de inserção em alguns ramos antes considerados como ‘guetos masculinos’, como é o caso das instituições policiais.”

No ano de 1971 ingressaram nas carreiras de Agente Fiscal e Escriturária Sonia Maria Vieira e Neli Lucia de Medeiros, respectivamente. Sonia trabalha no atendimento ao público na Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis e sempre atuou no serviço interno da Polícia Civil, pois o cargo de Agente Fiscal foi extinto dois anos após o seu ingresso. A entrevistada relatou que a família era contrária à sua entrada no mercado de trabalho. Segundo ela: “Meu pai não queria. Ele queria que eu fizesse faculdade e também porque era a única filha mulher, acho que ele queria que eu ficasse em casa.”⁵ (informação verbal).

Neli⁶ atualmente trabalha na Delegacia de Palhoça, SC, relatou que começou a trabalhar no ano de 1971, como Escriturária no prédio da administração da Polícia Civil e logo observou que gostava mesmo era do serviço externo que a polícia desempenhava “na rua”, como as investigações, prisões, cumprimento de mandados,

etc. Assim, prestou outro concurso para o cargo de Comissária de Polícia⁷, desde então, atua em ações mais operacionais na Instituição.

Em 1971, por meio do Edital n. 007/EPC/71, de 07 de dezembro, 378 candidatos se inscreveram para os cargos de Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia, Comissário de Polícia, Técnico Dactiloscopista, Agente de Polícia e Motorista Policial. O Curso de Formação referente a esse concurso foi realizado no ano de 1972. Foi em razão deste concurso que a primeira Delegada de Polícia do Estado de Santa Catarina – Lúcia Maria Stefanovich – ingressou no Curso de Formação.

A Delegada Lúcia, que atua até os dias de hoje na Capital do Estado catarinense, ocupou vários cargos durante sua carreira na Polícia Civil. Segundo Lúcia, “[...] a opção pela carreira veio pela convivência durante meu Curso de Direito com policiais, alguns eram comissários, outros já pretendiam fazer concurso para Delegado.” (informação verbal). A entrevistada narra, ainda, que seus familiares ficaram preocupados com o seu ingresso e era comum que o pai dissesse: “[...] que profissão é essa que essa menina escolheu!” Segundo Lúcia, até então “[...] não existia mulher nenhuma ocupando esse cargo, mesmo assim, minha família sempre me apoiou, mas sempre muito preocupada.”⁸ (informação verbal).

Pode-se observar no depoimento e na própria trajetória profissional, que a Delegada Lúcia Maria Stefanovich se posicionou nos espaços masculinos da época, pois, além de ingressar, no ano de 1971, como Delegada de Polícia, nesta época concluiu o Curso de Direito, outro espaço possivelmente ocupado por maioria masculina.

Odete Besen Formighieri ingressou no Curso de Formação em 1973, na carreira de Comissária de Polícia, cargo atualmente também denominado Agente de Polícia. Sempre atuou nos serviços operacionais, trabalhando em regime de plantão para atendimentos diversos em várias delegacias na cidade de Florianópolis. Atualmente, trabalha no setor de arquivos da 1ª Delegacia da Capital.

Quanto à motivação para o ingresso dessas mulheres na Polícia Civil, é possível afirmar que entre as razões para essa escolha há fortes indícios da influência familiar e dos amigos. Alguns depoimentos mencionam que elas souberam do Concurso avisadas pelos familiares ou conhecidos. Assim, aconteceu com Odete, que, por intermédio de conhecidos, soube do concurso público e se interessou pela carreira.

O namorado da minha irmã, que já era policial civil, na época tinha carreira de motorista policial, me sugeriu para fazer o concurso para a Polícia Civil. Ele ainda citou que aqui em Biguaçu tinha a Maristela que era policial e outras mulheres que ele conhecia que também eram policiais. Fiquei interessada e me inscrevi. Fiz a prova, o concurso, sem apadrinhamento, sem nada, e passei.⁹ (informação verbal).

O Relatório do Curso de Formação da Acadepol/SC, do ano de 1973, demonstrou que entre os 17 alunos que frequentaram o Curso de Comissário de Polícia naquele ano, Odete era a única mulher.

No ano de 1974, Maria Raquel da Silva ingressou no cargo de Escrivã de Polícia. Segundo ela, foi no ano de 1973 que uma pessoa chegou e lhe disse: “[..] vai ter um concurso para a Polícia Civil.” (informação verbal). Maria Raquel se interessou, mas pela carreira de escrivão, pois, segundo ela: “Eram poucas vagas [...], vou estudar e fazer para escrivão, porque para serviço de rua não quero.”¹⁰ (informação verbal).

Maria Raquel relatou ainda que já tinha um irmão policial, o qual ingressara em 1970, e quando contou para o seu irmão que havia feito a inscrição para o Concurso na Polícia Civil, recordou que “[...] ele ficou muito bravo, deu uma revolução lá em casa. Ele dizia: Tu não vai saber lidar, pois é muito homem para pouca mulher.” (informação verbal). Já a mãe lhe apoiava e dizia: ‘[...] deixa ela, ela sabe o que faz.’ (informação verbal).

Percebe-se, no caso de Maria Raquel, que não houve tantas dificuldades no seu ingresso, pois contava com o apoio da mãe para a escolha que a motivou a seguir com o Concurso, mesmo com o irmão policial discordando da escolha profissional da irmã. Possivelmente, a opinião da mãe foi fundamental para a tomada de sua decisão.

O cenário investigado apontou que as mulheres decidiram sair do espaço doméstico e ingressar no mercado de trabalho em busca de uma carreira profissional. Um dos enfrentamentos necessários para isso foi com as famílias que, de alguma forma, ao tentarem protegê-las, reforçavam a noção de que o sexo feminino é frágil e, por isso, as mulheres deveriam permanecer no âmbito doméstico ou procurar por profissões aceitas como mais apropriadas às mulheres, como o Magistério, por exemplo.

Todavia, estudos apontam que a opinião de um familiar vinculado à carreira pretendida pode influenciar positivamente. Ao investigar sobre a percepção dos delegados na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, Sacramento (2007, p. 77) constatou que: “[...] ter parentes vinculados à Polícia Civil ou áreas afins, principalmente para aqueles com ingresso anterior à década de 90 foi considerado em elemento importante, intervindo na escolha profissional.”

No ano de 1976 foi admitida no quadro funcional da Polícia Civil a Escrivã de Polícia Darci Maria Waltrich. Ela trabalhou sempre no serviço burocrático como Escrivã, primeiramente na cidade de Joaçaba e há anos trabalha na Delegacia Regional de Polícia de Criciúma, onde atua nos processos administrativos do órgão de trânsito (Ciretran).

A remuneração, três vezes maior do que o salário de professora, foi o que motivou Darci a prestar Concurso para a Polícia Civil, conforme o explicitado no excerto de sua narrativa:

Eu não tinha amigos e nem familiar nesse meio, isso foi uma opção minha. Simplesmente queria ver a diferença do trabalho. O que me levou foi a curiosidade e também um pouco do vencimento, que na época que eu lecionava, dentro da minha área de escrivã de polícia, ganhava três vezes a mais.¹¹ (informação verbal).

Além da observação sobre o salário ser mais elevado, outra questão que desperta atenção na narrativa de Darci é a curiosidade dela sobre a carreira policial. Ela queria saber a diferença entre ser professora e policial. Podemos inferir que ela não se moldou às representações impostas às mulheres pelo imaginário social da sua época. Ela decidiu ousar quando deixou o ambiente feminino do Magistério para ingressar no ambiente masculino da Policia.

Darci deixa claro em sua fala que tinha consciência de que para as mulheres saírem daquela condição do mundo privado em que viviam, deveriam estudar. Assim, ela disse aos familiares, logo cedo: “[...] eu não quero mais saber de trabalhar na roça, eu quero é estudar.” (informação verbal).

Diversas foram as motivações que levaram as entrevistadas a ingressarem na carreira policial, desde a influência familiar, passando pela perspectiva de um trabalho novo, até a possibilidade de um salário maior.

Um aspecto que merece destaque é que quatro das entrevistadas (Joana, Odete, Raquel e Darci) mencionaram em suas narrativas sobre a profissão docente. Algumas tiveram experiências com trabalho em sala de aula e não gostaram, alegando descontentamento com a profissão, por não se adaptarem, por não se sentirem preparadas ou até porque pretendiam melhores salários, como se observa em alguns fragmentos a seguir:

A minha formação era para ser professora primária. Justamente naqueles anos que me formei, inventaram a prova de estágio, e eu não passava na prova de estágio, lecionei apenas dois anos como professora substituta e depois passei no concurso da polícia [...] também pelo salário; como professora substituta eu ganhava Cr\$ 100,00 e quando fui nomeada eu ganhava Cr\$ 770,00.¹² (informação verbal).

Eu não sei o que me deu [...] deu uma loucura e eu disse: “eu vou” (fazer concurso para policial), também acho que não gostei do negócio de dar aulas, não gostei de ser professora. Certo dia minha madrinha pediu para eu ficar um mês dando aulas

em seu lugar, mas não gostei muito, porque era muito presa.¹³ (informação verbal).

Na época eu era professora primária. No final do ano cheguei da escola e vi uma notícia dizendo que tinha concurso para polícia civil, mas eu nem sabia pra quê servia. Passei no concurso e pedi exoneração da educação para a secretaria de segurança, mais por curiosidade, para ver como é que era o trabalho e também, pelo vencimento.¹⁴ (informação verbal).

Joana era professora formada no Colégio Normal da cidade de Biguaçu, SC. Sobre o seu ingresso narra: “[...] trabalhei na Farmácia Catarinense primeiro, depois fui ser professora, trabalhava com crianças, mas não era o que queria ainda. E quando saiu o Concurso para a Polícia Civil eu me empolguei e fiz.” (informação verbal).

Nesse período em que ingressaram na polícia, a docência ainda era considerada uma das profissões mais recomendadas às mulheres em razão do processo de feminização do Magistério. Porém, algumas das entrevistadas afirmaram que não queriam ser professoras, certamente porque almejavam alternativas de trabalho diferenciadas, em um mercado que estava em expansão, pois era possível alçar voos em outras frentes de trabalho.

Observa-se que entre as mulheres que saíram do Magistério para seguir carreira na Polícia, um dos aspectos que as estimulou foi a questão salarial, talvez movidas pela necessidade de independência econômica. Isso implica refletir sobre a desvalorização salarial do Magistério desde aquela época. Ressalta-se, porém, que essa valorização mencionada pelas entrevistadas sobre o salário da Polícia Civil da época não perdurou, visto que, atualmente, é a questão salarial um dos grandes descontentamentos da classe.

Para Louro (2011), no Brasil é possível identificar algumas transformações sociais que, ao longo da segunda metade do século XIX, vão permitir não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes. A mulher, então, está associada à professora, não somente na sala de aula, mas sobretudo na sociedade; elas são compreendidas como mães dos alunos, comumente lhes agregando também as marcas religiosas, ligadas ao caráter de um ser dócil – que ama, protege – preceitos intimamente ligados à profissão docente.

Mesmo a docência sendo recomendada para as mulheres, a Delegada Lúcia não desejava atuar na área, apesar de ter feito o Curso Normal. Em suas palavras, “[...] vim para Florianópolis, para o internato do Colégio Coração de Jesus. Fiz meu ginásio e, embora não quisesse ser professora, fiz o Curso normal.” (informação verbal).

A condição de Lúcia como normalista é fruto de um processo histórico, pois desde o século XIX, pouco a pouco os homens vão abandonando as salas de aula e as escolas normais vão formando mais e mais mulheres. Essa característica se mantém por todo o século XX, estimulada, sobretudo, pelas intensas transformações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas pelas quais passa o país e que acabam por determinar uma grande participação feminina no mercado de trabalho em geral (VIANA, 2002).

A desistência do Magistério e o ingresso na profissão policial talvez tenha significado um grande desafio, uma vez que para se adequarem ao rigor do ofício, as mulheres suportaram uma longa e árdua aprendizagem, como forma de garantia de sobrevivência nesse mundo masculino, aliada ao desejo da estabilidade no mundo do trabalho com as transformações necessárias do próprio modelo de polícia.

A última policial entrevistada ingressou na Polícia em 1977, no cargo, posteriormente extinto, do Sistema de Informações. Maria de Fátima de Souza Ignácio foi remanejada para os cargos de Perito Criminalístico e Inspetora de Polícia, os quais ocupava quando foi aprovada, em 1995, para a carreira de Delegada de Polícia, função que desempenha, atualmente, na cidade de Navegantes.

Maria de Fátima relatou que seu ingresso ocorreu por intermédio de parentes próximos. Em suas palavras: “[...] meu irmão já era Delegado e quando saiu o concurso foi ele quem telefonou avisando, pediu para que eu me inscrevesse.” (informação verbal). Alega que optou pela carreira policial por entender que o serviço que iria desempenhar era mais administrativo, ou seja, com características mais acessíveis às mulheres. “A carreira que eu optei era mais administrativa, não era tão operacional e se enquadrava ainda com a minha cabeça daquela época.”¹⁵ (informação verbal).

Abramo (2007, p. 231-232) afirma que “[...] a provável diminuição do esforço físico e da periculosidade facilitariam o acesso das mulheres a inúmeras profissões e qualificações até então definidas como ‘tipicamente masculinas’”, o que possivelmente justifique a escolha de Maria de Fátima.

A entrevistada alega que quando ingressou na Polícia atuava somente no serviço burocrático, haja vista ser característica de seu cargo. Observa-se que, atualmente, no cargo de Delegada de Polícia atua tanto em situações operacionais, ou seja, em “serviços de rua”, quanto em serviços administrativos, dentro da delegacia. Isso demonstra que esta entrevistada foi mudando sua forma de olhar para a sua carreira e se reconstruindo enquanto mulher e profissional.

A questão do gênero parece estar na ordem das coisas. Ao incorporarem o estereótipo de “sexo frágil”, as mulheres acabam impondo restrições ao desenvolvi-

mento das suas próprias carreiras. Percebe-se que em algumas situações as policiais pesquisadas preferiram funções mais protegidas, como os serviços administrativos dentro das delegacias e secretarias, enquanto que os homens se dedicaram aos serviços mais perigosos, o que na linguagem policial seria “operacional”, “de rua”, reforçando, assim, as relações desiguais entre o masculino e o feminino.

Sobre a sua inserção nessa profissão, Neli afirma que foi em virtude de sua condição de mulher corajosa: “É que eu tinha fama de valentona. A gente criada no Rio de Janeiro já é diferente. Para ser policial tem que ter dinamismo, tem que ter coragem.” (informação verbal).

Possivelmente, muitas barreiras tiveram que ser rompidas relativas ao gênero no decorrer da trajetória profissional das mulheres entrevistadas. Pode-se observar que Neli rompeu com o estereótipo feminino, reforçando atributos masculinos e acreditou que a mulher tem de se masculinizar para atuar em cenários ocupados pelos homens.

Após analisar dados de pesquisa sobre o perfil das mulheres na Polícia Civil do Ceará, Bezerra e Lopes (2008, p. 59) ressaltam que a sobrevivência nesse espaço hierarquizado não deve ser tarefa fácil, mesmo porque as mulheres, supostamente, reforçam alguns valores institucionais e da cultura considerados masculinos. Assim, “[...] para se fazerem respeitar [...] elas, muitas vezes, têm que parecer iguais aos homens nos modos de pensar, nos comportamentos e nas formas de fazer polícia, o que não quer dizer, necessariamente, que perderam a sua ‘feminilidade’.”

O ingresso das mulheres na Polícia Civil é entendido, pela maioria das entrevistadas, como consequência da época em que o contexto social desafiava as mulheres pela busca de outros espaços, até então masculinos. Isso, certamente, veio acompanhado por barreiras culturais, sociais e históricas. Passar pela Acadepol/SC significou vivenciar situações novas para o mundo feminino. Estas mulheres escolheram a Polícia Civil como carreira e foi nela que construíram suas identidades profissionais. Formas de agir e pensar são alteradas dentro de uma Instituição masculinizada, permitindo supor que as subjetividades e os comportamentos das mulheres foram sendo ressignificados pelo ambiente institucional.

Mesmo sendo um espaço masculino que apresenta dificuldades para o ingresso das mulheres, gerando dúvidas, tanto no momento da escolha dessa profissão quanto na trajetória ao longo da carreira, observa-se, de modo geral, que as mulheres que ingressaram na Polícia permanecem em suas funções até hoje, como é o caso das entrevistadas. Isso permite a constatação de que este espaço também é feminino e que as funções podem ser desempenhadas tanto por homens quanto por mulheres.

Importante ressaltar que com a Lei Complementar n. 343, de 2006 (SANTA CATARINA, 2006), os policiais civis catarinenses adquiriram o direito à aposentadoria especial. A partir de então, as mulheres com 25 anos de tempo de serviço prestado e os homens com 30 anos de serviços podem se aposentar da carreira policial.

Ao evocarem suas memórias, as entrevistadas foram reconstruindo e ressignificando suas trajetórias, ou seja, o passado foi vivenciado. Todas as oito entrevistadas desta pesquisa já ultrapassaram, em muito, o tempo de serviço exigido para a aposentadoria (média entre elas de dez anos). Mesmo assim, todas afirmaram que, por ora, não pretendem deixar a função na Instituição. Algumas delas até alegam que somente sairão, obrigatoriamente, aos 70 anos, com a aposentadoria compulsória. Isso permite a interpretação de que não há, por parte das entrevistadas, intenção de deixar a Instituição. Enquanto outros policiais (tanto homens quanto mulheres) esperam ansiosos pelo momento da aposentadoria por tempo de serviço, essas policiais, provavelmente, já sofrem com a proximidade do tempo em que terão que deixar, por força da lei, a função policial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença feminina na Polícia Civil ainda pode ser considerada recente e responde a uma pressão social em âmbito internacional iniciada na década de 1960, e, no Brasil, com o movimento feminista dos anos 1970. A partir destes movimentos, houve a democratização dos campos de trabalho em diversas áreas e, consequentemente, na Polícia Civil catarinense.

As mulheres entrevistadas ingressaram na Polícia em um momento histórico marcado pela Ditadura Militar em nosso país e pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, que acompanhava a efervescência das lutas feministas. Eram mulheres de realidades singulares, oriundas de famílias de classes sociais distintas, que frequentaram cursos de formação diferentes, que tinham diferentes motivações para o ingresso na Instituição. Todas essas interlocuções contribuíram para a construção não de uma única identidade profissional, mas de distintas identidades profissionais.

Passar pela Acadepol/SC significou vivenciar situações novas para o mundo feminino. Estas mulheres escolheram a Polícia Civil como carreira e foi nela que construíram suas identidades profissionais. Formas de agir e pensar são alteradas dentro de uma Instituição masculinizada, permitindo supor que as subjetividades e os comportamentos das mulheres foram sendo ressignificados pelo ambiente institucional.

Nesse espaço, marcas da desigualdade de gênero foram observadas ao longo das entrevistas, entretanto, apareceram sutilmente, quase imperceptíveis, possivelmente foram naturalizadas nesse ambiente marcado pela supremacia do gênero masculino. Cabe, então, desconfiar do discurso quando tomado como “natural”, normal, e questões como essas nos remetem para a temática da diferença, das desigualdades e do poder. Na Acadepol/SC, tanto quanto na escola regular, essa naturalização parece fazer parte da rotina e passa despercebida pelos sujeitos.

Um ponto importante a ser mencionado e discutido por Louro (2011) é a desconstrução do pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros, dos quais usualmente se concebem os homens e as mulheres como polos opostos, que se relacionam em uma lógica invariável de dominação-submissão. Ao conceber que não existe um lugar fixo para o gênero, essa marcação deve ser rompida, e, posteriormente, transformada.

As questões de gênero apresentadas nas falas das entrevistadas se mostram importantes para se refletir sobre a situação das mulheres na sociedade, especialmente quando relacionamos os papéis sociais atribuídos aos sexos. Trata-se de um panorama desafiador, pois há a existência de paralelos, ou seja, identidades femininas construídas que, supostamente, ocupam papéis masculinos e, ao mesmo tempo, entre as próprias mulheres existem resistências quanto ao entendimento de que as questões relativas ao gênero estão, continuamente, construindo-se e transformando-se.

Foi nesse cenário em que as mulheres cobravam com maior intensidade o direito à igualdade na participação política, educacional e também ao acesso às profissões ditas masculinas, como é o caso da Polícia Civil, que as entrevistadas nesta pesquisa buscaram no trabalho policial sua independência, evidenciando as questões emancipatórias da mulher daquela época.

Com a percepção de que a polícia, de modo geral, constituiu-se, historicamente, como um espaço hegemonicamente masculino, ingressar nesta Instituição representou um avanço em termos de abertura da Instituição para um grupo tradicionalmente excluído – as mulheres.

Entretanto, a participação feminina não trouxe a eliminação dos preconceitos, o que pode ser constatado nos relatos referentes às implicações da divisão do trabalho, pois a noção de senso comum de que a mulher pertence ao mundo privado, desenvolvendo atividades mais burocráticas, assumindo funções mais apropriadas ao sexo feminino, ainda é forte.

Nesse cenário, as entrevistadas contaram suas trajetórias, percebendo-se como sujeitos da ação, proporcionando um novo sentido para o vivido, ou seja, res-

significando e construindo-reconstruindo a própria identidade, em um movimento em constante transformação.

Notas explicativas:

¹ Esta pesquisa obteve apoio do Programa de Bolsa do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes) da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Ela é parte da dissertação de Mestrado em Educação, na linha de pesquisa “Educação, Linguagem e Memória”, intitulada “Mulheres Policiais: formação e atuação profissional das primeiras alunas da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (1967-1977)”, em que o processo de formação das primeiras mulheres que frequentaram a Acadepol/SC nesse período, bem como suas trajetórias profissionais ao longo da carreira policial, foram problematizadas sob a perspectiva das relações de gênero.

² Neste trabalho, ainda que houvesse o interesse inicial de adotar o uso de “o/a” para designar os substantivos masculinos e femininos, de forma a adotar uma postura inclusiva e equitativa em relação às questões de gênero social relativas à linguagem, logo no início do texto percebemos que essa providência tornaria a leitura cansativa. Nesse sentido, adotamos o gênero masculino como genérico, seguindo a tradição recorrente da Língua Portuguesa, ainda que entendemos, claramente, que ele não o é. Assim, sempre que o masculino genérico for utilizado, estaremos nos referindo ao termo tanto no gênero masculino quanto no feminino.

³ Joana nasceu em 1948 e ingressou na Polícia Civil em 1970, na antiga carreira de Escriturária. Concedeu entrevista em 01 de março de 2012, em São José, SC, e preferiu que seu nome não fosse divulgado na pesquisa.

⁴ Escriturário era o cargo, à época; posteriormente, foi denominado Escrevente Policial, e, atualmente, é o cargo de Agente de Polícia.

⁵ Sonia Maria Vieira nasceu em 1950 e ingressou na Polícia em 1970, como Agente Fiscal, carreira que, posteriormente, foi extinta. Atualmente está vinculada ao cargo de Agente de Polícia. Concedeu entrevista em 01 de março de 2012, em Florianópolis, SC.

⁶ Neli Lucia de Medeiros nasceu em 1950 e ingressou na Polícia em 1971, no cargo de Escriturária, hoje Agente de Polícia. Concedeu entrevista em 29 de fevereiro de 2012, em Palhoça, SC.

⁷ O Cargo de Comissária de Polícia foi extinto em 2009 e transformado em Agente de Polícia, quando a Lei Complementar n. 453/2009 foi sancionada.

⁸ Lúcia Maria Péris nasceu em 1947 e ingressou na Polícia Civil em 1972 já no cargo de Delegada de Polícia. Em razão do casamento passou a assinar Lúcia Maria Stefanovich. Concedeu entrevista em 02 de março de 2012, em Florianópolis, SC.

⁹ Odete Besen Formighieri nasceu em 1950 e ingressou na Polícia em 1973, no cargo de Comissária de Polícia, hoje Agente de Polícia. Concedeu entrevista em 29 de março de 2012, em Florianópolis, SC.

¹⁰ Maria Raquel da Silva nasceu em 1949 e ingressou na Polícia Civil em 1974, como Escrivã de Polícia. Concedeu entrevista em 13 de março de 2012, no Setor de Recursos Humanos da Delegacia Geral da Polícia Civil, em Florianópolis, SC.

¹¹ Darci Maria Waltrich nasceu 1949 e ingressou na Polícia em 1976, no cargo de Escrivã de Polícia. Concedeu entrevista em 04 de maio de 2012, em Criciúma, SC.

¹² Odete Besen Formighieri. Entrevista citada.

¹³ Maria Raquel da Silva. Entrevista citada.

¹⁴ Darci Maria Waltrich. Entrevista citada.

¹⁵ Maria de Fátima de Souza Ignácio nasceu em 1954 e ingressou na Polícia em 1977, na carreira de Sistema de Informações. Quando o cargo foi extinto foi remanejada para o cargo de Perito Criminalístico e depois foi Inspetora de Polícia. Em 1995 foi aprovada no concurso público para Delegada de Polícia. Concedeu entrevista em 14 de março de 2012, em Navegantes, SC.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho:** uma força de trabalho secundário. 2007. 327 p. Tese (Doutorado em Sociologia)—Faculdade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ASSIS, L. A. O. Rupturas e permanências na história da educação brasileira: do regime militar à LDB/96. **Curriculo de História**. 2009. Disponível em: <<http://curriculohistoria.files.wordpress.com/2009/09/clara.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2012.

BAYLEY, D. **Padrões de policiamento**. São Paulo: Ed. USP, 2001.

BEZERRA, T. C. E.; LOPES, E. B. Quem são as mulheres da Polícia Civil? In: BRASIL, G. M. (Org.). **A face feminina da polícia civil: gênero, hierarquia e poder**. Fortaleza: Ed. UECE, 2008.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, G. M. (Org.). **A face feminina da polícia civil: gênero, hierarquia e poder**. Fortaleza: Ed. UECE, 2008.

CALAZANS, M. E. Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://observatoriodesegurança.org/les/POLICIA%20E%20G%C3%8ANCEROS%20NO%20CONTEXTOS%20DAS%20REFORMAS%20POLICIAIS.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2011.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. Apresentação. In: _____. **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história das violências nas prisões. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIROUX, H.; MCLAREN, P. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Org.). **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

HAGEN, A. M. M. **O trabalho policial**: um estudo da polícia civil do Rio Grande do Sul. 2005. 328 p. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTTA, R. P. S. Modernização e repressão: a Usaïd e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 237-266, 2010.

NUMMER, F. V. **A experiência do curso de formação na construção de um saber: ser soldado da Brigada Militar.** 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PEDRO, J. M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKI, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

PESAVENTO, S. J. **História e história cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROLIM, M. **A síndrome da rainha vermelha:** policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SACRAMENTO, J. S. **Policia e gênero:** percepções de delegados e delegadas da Polícia Civil do Rio Grande do Sul acerca da mulher policial. 2007. 130 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTA CATARINA (Estado). Escola de Polícia. **Relatório do curso de formação 1967.** Florianópolis, [1967]. Relatório. Mimeografado.

_____. Escola de Polícia. **Relatório do curso de formação 1968.** Florianópolis, [1968]. Relatório. Mimeografado.

_____. **Lei complementar n. 453, de 05 de agosto de 2009.** Institui o plano de carreira da polícia civil de Santa Catarina. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina, SC, 24 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php#>>. Acesso em: 24 set. 2012.

_____. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Civil de Santa Catarina. **Legislação.** Disponível em: <http://www.acadepol.sc.gov.br/index.php/download/cat_view/1-legislacao/2-policia-civil>. Acesso em: 28 out. 2012.

_____. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Segurança Pública. In: CARVALHO, C. **Dados estatísticos.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <maparecida@pc.sc.gov.br> em 08 ago. 2011.

SCARDUELI, M. C. N. **A representação da delegacia da mulher para policiais civis da 19ª Região policial catarinense.** 2006. 210 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem)–Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2006.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade,** Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 71-99, 1995.

THOMSON, A. Recompondo a memória: questão sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História no Departamento de História da PUC/SC**, São Paulo, n. 5, p. 51-84, abr. 1997.

VIANA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 81-103, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

Recebido em 06 de agosto de 2013
Aceito em 10 de janeiro de 2014